

"GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM PONTA PORÃ-MS, FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19"

Kedma Caroline de Souza Moraes
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, Brasil;
kedmatrab@gmail.com

Andréa Jara Peralta Freitas
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, Brasil;
andreajpgreitas2@gmail.com

INTRODUÇÃO

A gestão da educação em regiões de fronteira enfrenta desafios específicos que requerem uma abordagem diferenciada e políticas públicas adaptadas às características locais.

A cidade de Ponta Porã-MS, situada na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, exemplifica a complexidade desse contexto, no qual a convivência com múltiplas culturas, a diversidade linguística e as desigualdades socioeconômicas demandam soluções inovadoras e eficazes por parte dos gestores educacionais (FERREIRA, 2017; MOURA, 2015). Durante a pandemia de COVID-19, as fragilidades do sistema educacional nessa região se tornaram ainda mais evidentes, especialmente em relação ao acesso desigual às tecnologias e à formação de professores.

Este estudo tem como objetivo analisar as políticas de gestão educacional em Ponta Porã-MS, com foco nas implicações da pandemia de COVID-19. Busca-se compreender como as especificidades culturais, sociais e linguísticas da região influenciam a gestão escolar, além de avaliar as consequências da falta de políticas públicas específicas para as regiões de fronteira, que dificultam o enfrentamento dos desafios educacionais locais.

O estudo propõe ainda discutir alternativas para promover a equidade no acesso à educação básica, considerando as realidades regionais e as necessidades emergentes de infraestrutura, formação docente e adaptação pedagógica.

A diversidade linguística e cultural da região exige que as políticas educacionais incorporem práticas inclusivas, como a promoção do bilinguismo e o atendimento às comunidades indígenas. Em Ponta Porã, a presença de estudantes brasileiros e paraguaios, além das populações indígenas, exige um enfoque pedagógico que respeite e valorize essas múltiplas culturas, o que se traduz na necessidade de formação continuada de professores para o desenvolvimento de estratégias didáticas apropriadas.

Ademais, a pandemia de COVID-19 intensificou os desafios relacionados ao acesso à tecnologia e à qualificação docente. A transição abrupta para o ensino remoto expôs a exclusão digital de muitos estudantes, que enfrentaram dificuldades significativas para acessar conteúdos e acompanhar as atividades pedagógicas.

A ausência de políticas públicas específicas que atendam a essa realidade tem sido um dos principais obstáculos para garantir a equidade no acesso à educação de qualidade em contextos de fronteira. A falta de uma infraestrutura tecnológica mínima e de uma formação adequada para os educadores agrava ainda mais a desigualdade educacional, evidenciando a necessidade urgente de um planejamento estratégico que contemple essas especificidades.

Outro ponto crítico para a gestão escolar em regiões de fronteira é a falta de políticas públicas direcionadas para essa realidade específica. A inexistência de um plano educacional focado nas características das regiões fronteiriças, que envolvem não apenas aspectos culturais e linguísticos, mas também questões econômicas e sociais, tem dificultado a implementação de soluções adequadas.

Sem políticas públicas adaptadas, as escolas dessas regiões ficam dependentes de iniciativas locais ou improvisadas, o que compromete a eficácia das ações educacionais. A ausência de um planejamento centralizado, com diretrizes claras e financiamento adequado, impede a criação de um ambiente educacional que possa garantir igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

A criação de políticas públicas específicas que considerem as particularidades dessas localidades é essencial. A falta dessas políticas tem gerado um cenário em que as soluções adotadas para outras regiões do Brasil não são suficientes para atender às necessidades de cidades como Ponta Porã-MS.

Além disso, é fundamental que o financiamento público destinado à educação básica seja direcionado de forma mais equitativa, garantindo que as regiões de fronteira recebam os recursos necessários para superar suas especificidades. Investimentos em tecnologias educacionais, formação docente e adaptações curriculares são essenciais para criar um sistema educacional que seja, de fato, inclusivo e capaz de atender à diversidade cultural e social presente nas fronteiras.

CONCLUSÃO

A gestão educacional em Ponta Porã- MS, na região de fronteira, requer políticas públicas adaptadas às particularidades locais, como a diversidade cultural, linguística e as

desigualdades socioeconômicas. A pandemia de COVID-19 evidenciou a carência de uma infraestrutura adequada e a escassez de formação contínua para os educadores, acentuando as desigualdades educacionais e a exclusão digital.

É imperativo que sejam implementadas políticas públicas específicas para as regiões de fronteira, com foco na equidade e inclusão. A criação de um plano educacional que contemple as necessidades dessas localidades, aliada a investimentos em infraestrutura, tecnologias e formação docente, é fundamental para garantir um acesso igualitário à educação de qualidade. Dessa forma, será possível enfrentar os desafios locais e promover um sistema educacional mais justo e acessível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Luiza de; GONÇALVES, Rita de Cássia. A gestão escolar no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 123-145, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece metas para a educação brasileira, incluindo políticas de inclusão e diversidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

FERREIRA, André Soares. Gestão escolar na fronteira: desafios e perspectivas para a educação nas regiões limítrofes. *Revista de Estudos Regionais*, v. 10, p. 45-60, 2017.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Sociedade: Uma abordagem crítica da gestão educacional*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, João Pedro. A pandemia e seus efeitos na gestão escolar: desafios e soluções emergenciais. *Revista de Políticas Educacionais*, v. 19, n. 2, p. 77-92, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜCK, Heloísa. *Gestão escolar: um processo coletivo e participativo*. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA, Maria José. *Educação e Diversidade: Uma perspectiva cultural na gestão escolar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PARO, Vitor Henrique. A escola e a gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, Carlos Eduardo da. Os impactos da pandemia de COVID-19 na educação brasileira: desigualdades e estratégias de adaptação. Cadernos de Educação, v. 21, n. 4, p. 210-225, 2021.

UNESCO. Educação em tempos de pandemia: desafios e inovações na educação básica. Paris: UNESCO, 2020. Acesso em: 12 fev. 2025.